



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS ISCTE, 30 de janeiro de 2026

José Feliciano Costa

Secretário-geral da FENPROF

Boa tarde a todas e a todos!

Camaradas,

Reunimo-nos hoje num momento particularmente grave para a Escola Pública e para a profissão docente.

Um momento que não resulta de um acaso, nem de uma crise súbita ou inesperada, mas que é consequência direta, previsível e anunciada de décadas de políticas que desvalorizaram sistematicamente os professores, degradaram a carreira, fragilizaram as condições de trabalho e trataram a educação como uma variável de ajustamento, e não como um pilar estruturante do desenvolvimento do país.

Falámos hoje aqui de muitas coisas.

Do pacote laboral, que representa um retrocesso civilizacional, que nos remete para lógicas do século XIX, um ataque brutal e profundo aos direitos de todos os trabalhadores, que inclui os docentes, claro, de forma direta nas suas condições de trabalho e de carreira. E os professores deram a resposta na greve geral, mas é uma luta que está muito longe do fim.

Do RECAP, objeto de desprofissionalização da docência: do perfil de competências, dos mapas de pessoal, do abaixamento das habilitações, do fim do concurso nacional, da meritocracia, do poder discricionário dado aos diretores, do fim da carreira tal como a conhecemos. Algo que visa enxertar no ECD lógicas alheias à profissão docente.

Da AGSE — que surge dos escombros do MECl para supostamente o reorganizar como qualquer empresa privada, para contratar com as regras das empresas privadas, contratualizar serviços, o outsourcing, contratar professores: modernices do neoliberalismo.

Falamos do regime de habilitações e dos concursos. Aliás, a reunião do próximo dia 4 tem este tema na ordem de trabalhos, onde também já afirmámos as nossas linhas vermelhas: nunca aceitaremos a possibilidade de aligeiramento das habilitações exigidas para o exercício da docência ou quaisquer tentativas de descaracterizar as regras de

concursos e colocação de professores, que são garantias de justiça e transparência. Não admitimos a abertura de caminhos de arbitrariedade e injustiça.

Falamos da reorganização dos ciclos, um debate que vamos também fazer internamente e onde não aceitaremos soluções que fragilizem percursos educativos, que aprofundem desigualdades, que impactem nas condições do trabalho docente. Queremos estar nessa discussão.

Falamos da IA, aqui muito bem apresentada. Relembro-me de uma frase que ouvi há duas semanas por um neurocientista de renome que estuda estas coisas e os impactos no cérebro, que dizia o seguinte:

— Não é inteligente nem artificial; é um projeto de controlo que visa a homogeneização da mente humana para aceitar passivamente qualquer doutrinação imposta pelo mercado.

E falamos da gestão democrática, uma luta do passado e do presente, consagrada na CRP: a colegialidade.

Falamos ainda da municipalização, deste projeto que o PS aprofundou, também de descartar responsabilidades e abrir espaço à contratualização de vários serviços, à contratualização com privados, o chamado processo de transferência de competências.

Falámos disto tudo porque o ECD está mesmo em perigo, e essa é a mensagem que urge passar.

Estamos envolvidos num processo dito negocial, bloqueado à partida, marcado por imposições unilaterais, pela desconsideração da representatividade sindical e pela tentativa de impor mudanças profundas no Estatuto da Carreira Docente sem o respeito devido pelos professores e pelas suas organizações.

Os termos do protocolo negocial apresentados pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, e rejeitados pela FENPROF, mas não por outros, são um exemplo claro dessa postura.

A revisão do Estatuto da Carreira Docente só pode fazer sentido se for feita num sentido claro de valorização. E essa valorização não é retórica: traduz-se em progressões justas, em tempos de serviço reconhecidos, em condições de trabalho humanas, em respeito pela profissão e em salários compatíveis com a responsabilidade social que os professores assumem. Qualquer revisão que não tenha estes princípios como base não só falhará o objetivo de resolver a falta de professores, como aprofundará a crise existente.

É por isso fundamental reafirmar, de forma clara e inequívoca, que o Estatuto da Carreira Docente não é um detalhe técnico nem um instrumento secundário.

O ECD é o coração da profissão docente. É nele que se definem direitos e deveres, que se consagram princípios de justiça e equidade, que se estrutura uma carreira digna, previsível e atrativa. É o ECD que cria — ou destrói — condições de trabalho, estabilidade profissional e reconhecimento social.

É neste quadro que todas as formas de luta estão plenamente legitimadas, incluindo a convocação de uma greve, caso se mantenha a atual postura governamental.

Uma greve que, a acontecer, será assumida com determinação, com sentido de responsabilidade e com a consciência de que a responsabilidade por qualquer agravamento do conflito recairá exclusivamente sobre o MECI e o Governo.

Nesse sentido, destaco a importância da moção que vamos ler a seguir e colocar à votação neste plenário, que nos mandatada para a possibilidade de marcar formas de luta mais agudas.

Ou seja, após a reunião do dia 4 de fevereiro, e partindo do pressuposto de que se confirmam os nossos receios, anunciar logo à comunicação social, à saída da reunião, este mandato que hoje aqui o SN da FENPROF, que reúne nos dias 5 e 6 de fevereiro, recebeu.

Mas, camaradas, essa forma de luta mais “aguda”, se avançarmos, não acontece só pela proclamação. Tivemos o exemplo da última greve geral.

Depois de anunciada, o trabalho de mobilização e de consciencialização, os centenas de plenários feitos, exige uma grande disponibilidade da nossa parte.

E nós somos capazes de o fazer. Somos a FENPROF. Agora já nas escolas, nos plenários que estamos a fazer.

Temos também a Caravana, que percorrerá o período de 16 de fevereiro a 4 de março, momento muito importante de esclarecimento e mobilização, também para as comunidades educativas, das razões da nossa luta, que é também pela Escola Pública. São, por isso, momentos cruciais e, portanto, vamos aproveitar ao máximo.

Claro que, se avançarmos — e veremos depois o formato —, a partir do momento em que começarmos a construir a luta do lado de cá, é óbvio que do lado de lá começa o processo de desconstrução para a opinião pública e para os professores.

Sabemos como é. Temos de estar preparados.

É isto que temos de dizer aos professores: ou a resignação ou a luta.

A exigência de um Estatuto do Professor, que mais tarde viria a designar-se Estatuto da Carreira Docente — e isso os nossos colegas logo após Abril de 1974 perceberam claramente — foi logo uma das reivindicações centrais: a exigência de um Estatuto do Professor.

Claro que é a luta. Vamos à luta!

Viva a FENPROF!